

Beto Jatene já recebeu R\$ 5 milhões do Estado

Beto Jatene está envolvido em várias irregularidades, e com a ajuda do pai, o governador Simão Jatene. Em junho de 2016, o Ministério Público do Pará ajuizou uma ação de improbidade contra o governador e seu filho, que foi favorecido ao abastecer parte da frota do Governo em postos de combustíveis dos quais é sócio.

Coincidentemente, o posto do filho de Jatene foi o segundo que mais abasteceu veículos da frota do Estado. O MP entendeu que esta relação fere o princípio da moralidade, sendo ele filho do governador, tanto que, depois da investigação, os postos de Beto deixaram de abastecer os veículos do governo do pai. O próprio Governo do Estado admite que, entre os anos de 2012 e 2014, gastou R\$ 55 milhões com combustível, sendo que R\$ 5 milhões foram para o Posto Verdão, em Belém, do qual o filho do governador é dono.

Estrategicamente, os postos de Beto Jatene estavam localizados a 800 metros do local onde funcionava, à época, o Comando Geral da Polícia Militar e a cerca de 1,5Km do Comando Geral dos Bombeiros, dois dos órgãos que mais possuem veículos em Belém. O Ministério Público informa que o processo foi concluído e ajuizado no dia 9 de junho de 2016, sendo distribuído para a Quarta Vara da Fazenda Pública.

O governador foi excluído da ação uma vez que não houve autorização do procurador-geral para que Jatene fosse processado. Em seus 19 volumes, o MP aponta irregularidades e pede a condenação de Beto Jatene.

Caso foi destaque na imprensa nacional

A revista Isto É divulgou a informação com exclusividade, sobre o indiciamento de Beto Jatene, do pastor Silas Malafaia

e outros acusados de esquema de corrupção ligado a royalties da mineração. Ao mencionar o nome de Beto, a publicação informa que ele é filho do governador do Pará, Simão Jatene, e que foi indiciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Os sites DOL – Diário Online, e G1 Pará, da Globo, também noticiaram o indiciamento de Beto Jatene.

A reportagem informa que o governador e o advogado do acusado não se manifestariam. O G1 revela que Beto é assessor jurídico do Ministério Público junto ao TCM e, por conta do seu cargo, teria recebido dinheiro pelos contratos fraudulentos para exploração mineral, “com o objetivo de conceder vantagens ao grupo criminoso”.

Por: Luiza Mello, de Brasília, e Mauro Neto, de Belém

Fonte: DOL

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br